

**PERIGOS, RISCOS E DESTINO:  
um estudo das percepções de trabalhadores em minas de carvão <sup>1</sup>**

***HAZARDS, RISKS AND FATE:  
a study of the perceptions of workers in coal mines***

---

Marta Cioccarì

*Universidade Federal do Rio de Janeiro*

**Resumo**

A partir de etnografia conduzida em Minas do Leão (RS) – em pesquisas de mestrado e posteriormente de doutorado – analisa-se neste artigo a construção social do risco no cotidiano de trabalhadores em minas de carvão. Ali, as ameaças representadas pela mina de subsolo sempre constituíram o ápice da dimensão trágica da atividade, mas também da construção da heroicidade e da honra da profissão. Desde o fechamento da mina de subsolo, em 2002, o temor dos acidentes e a apreensão com a rotina praticada nas profundezas da terra foram substituídos pelas preocupações com a geração de empregos e, paralelamente, com os impactos ambientais representados pela mineração de superfície. Essas questões vêm mobilizando companhias carboníferas, sindicalistas, ambientalistas e poderes públicos da região.

**Palavras-chave:** trabalhadores, mina de carvão, perigos, riscos

**Abstract**

From an ethnography conducted in Minas Lion (RS) – Master and Doctorate – in this article I analyze the social construction of risk in everyday life of workers in coal mines. In this context, the threats posed by the underground mine have always been the pinnacle of the tragic dimension of activity, but also of the construction of the heroism and honor of the profession. Since the closure of the underground mine, in 2002, the fear of accidents and apprehension about the routine exercised in the depths of the earth have been replaced by concerns about jobs creation, and in parallel with the environmental impacts represented by surface mining. These issues mobilize coal companies, trade unionists, environmentalists and authorities in the region.

**Keywords:** workers, coal mine, dangers, risks

---

1 Parte deste artigo foi apresentada na 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida entre 11 e 14 de junho de 2006, em Goiânia (GO), no GT 11 – “Antropologia e Modernidade: os saberes e práticas em contexto de ‘risco’”, coordenado por Telma da Silva (Universidade Federal de Goiás) e por Gláucia Oliveira da Silva (Universidade Federal Fluminense). Agradeço às coordenadoras do GT e aos demais participantes as preciosas sugestões que recebi na ocasião. Sobre aspectos analisados no presente texto, ver também Cioccarì (2004, 2010, 2012).

## Introdução

Lembro que, quando dava acidente na mina, até descobrir quem foi, eu chutava: “Foi fulano, foi beltrano”. No Leão, aquelas ruas, aquelas travessinhas, aglomerava de gente naquela portaria ali. Praticamente toda a cidade ia pra entrada da mina.

*Cássio, filho e neto de mineiro*

Até algumas décadas atrás, as empresas de mineração de Minas do Leão e de Butiá, cidades localizadas na bacia carbonífera do Baixo Jacuí, no Rio Grande do Sul, adotavam uma forma sinistra de comunicar à comunidade a ocorrência de um acidente com mortos ou feridos. Sempre que ocorria uma tragédia, era ligada uma sirene que, com seu silvo agudo e triste, atraía para frente da mina uma multidão de desesperados. Familiares de mineiros corriam para saber quem eram as vítimas. É a isto que se refere o depoimento usado acima, como epígrafe. Da mesma forma, a lembrança está presente no depoimento de Zecão, mineiro ainda em atividade na Companhia Riograndense de Mineração (CRM), em Minas do Leão: “Quando tocava a sirene, a população toda ia para o portão da empresa. Fechavam o portão pra não deixar ninguém entrar. O pessoal ficava em desespero [...]”. Tendo como pano de fundo as tragédias que marcaram essas cidades, surgidas em torno da exploração carbonífera, este estudo debruça-se sobre as percepções dos moradores em relação às noções de perigo e de risco envolvidos na atividade e, de forma mais vasta, em seu entorno.

Este trabalho originou-se de duas investigações etnográficas conduzidas nestas cidades industriais a propósito do cotidiano, da memória e da construção da honra dos trabalhadores nas minas de carvão. A primeira imersão ocorreu durante o ano de 2003, durante a pesquisa de mestrado (PPGAS-UFRGS), e a segunda, entre 2006 e 2009, durante a pesquisa de doutorado (PPGAS-MN-UFRJ), na qual explorei mais profundamente relatos de vida e de trabalho e a reconstrução de trajetórias dos moradores. As representações sobre perigo, risco e destino emergiram em narrativas relacionadas aos acidentes ocorridos nas minas, mas também dizem respeito a questões ambientais e, ainda, geográficas de uma cidade partida ao meio por uma rodovia federal – a BR 290, apelidada de ‘faixa’ pelos moradores. A mina e a faixa; se ambas tinham gerado empregos, impulsionado o desenvolvimento, concorriam como fatores de risco.

Minas do Leão, com cerca de oito mil habitantes, localiza-se a 87 quilômetros de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e integra a chamada região carbonífera do Baixo Jacuí, que compreende vários municípios que se desenvolveram na esteira da mineração de carvão, nas décadas de 1940 e de 1950, e que desde os anos de 1990 enfrentam o empobrecimento. Meus primeiros contatos com esta comunidade ocorreram ainda na condição de jornalista, em 1995 e em 1997, quando realizei duas séries de reportagens sobre

o cotidiano dos mineiros de subsolo e de superfície, tendo descido às minas de subsolo nas duas ocasiões, experiências nas quais fui “afetada” (Favret-Saada, 1990), igualmente pelo mergulho nas entranhas da terra e pela convivência com os trabalhadores, com suas vidas marcadas intensamente tanto pela tragédia como pelo riso e pelas brincadeiras.

Quando retornei à localidade para o trabalho de campo do mestrado, em 2002, fui surpreendida pela notícia do fechamento da mina de Leão I, a última mina subterrânea mantida naquela região pela Companhia Riograndense de Mineração (CRM). Depois disso, a companhia continuou a explorar a mineração de superfície naquela área. Mas o fim da mina reverberou intensamente nos relatos, marcados pela nostalgia e pelo luto, nos quais ela aparecia ainda mais “encantada” do que antes (Lucas, 1981). Nestas localidades, onde frequentemente se diz que ‘todo mundo é mineiro’, a mina consiste em um mundo de referência, a partir da qual se formou a antiga vila operária, que forneceu uma identidade social, um *ethos* para os trabalhadores. Ao longo de 2003, realizei visitas intermitentes à comunidade durante cinco meses, tendo alugado por algum tempo uma casa no mesmo terreno habitado por um mineiro aposentado e sua mulher. Ao todo, foram 25 entrevistas gravadas, além de conversas mais informais. Na pesquisa de doutorado, tive a oportunidade de habitar durante seis meses na localidade, entre setembro de 2006 e março de 2007, conduzindo uma investigação sobre a construção social da honra dos trabalhadores – dimensão esta relacionada não apenas ao trabalho na mineração, mas também aos pertencimentos familiares, religiosos, políticos, esportivos, etc.

Se há um tema sobre o qual quase todos os moradores se sentem habilitados a falar é sobre os perigos da mina subterrânea, que imprimiram marcas nas memórias individuais e coletivas, como se pode entrever nos relatos abaixo:

Eu nunca conheci medo comigo assim. Só quando eu via que havia perigo embaixo da mina eu não ia. E a gente, depois, não era obrigado a ir, porque a própria segurança (da empresa) não permitia. Apesar de que a gente, quando trabalhava na produção, a gente enfrentava sempre se tinha perigo. A gente tinha que ir, porque tinha que defender o dia, né, a gente enfrentava. (Hermes, ex-mineiro de subsolo)

Que a mina é perigosa, é perigosa, porque... vê uma coisa: baixar 123 metros debaixo do... e andar lá que nem... Então, ninguém sabe se (o teto) vai cair pra cá, pra frente ou pra trás, então pode acontecer (Zé Cabeça, ex-supervisor).

Era perigo, era perigo. Uns quantos morreram aí. Eu sempre digo: Deus é Deus e sabe fazer as coisas. Quantos arrumaram serviço pros filhos e tão roendo de pesar hoje. [...] É muito perigoso porque morreu muita gente aí. Houve mineiro que ficou quatro horas soterrado... (José, ex-mineiro).

Antes que se empreenda uma análise mais detalhada das concepções nativas acerca do perigo e do risco, evocadas naquele contexto, é importante considerar como tais conceitos passaram a integrar os estudos antropológicos.

### **Do risco e do *métier* de mineiro de subsolo**

Deve-se lembrar de que as primeiras acepções de **risco** derivam de um termo náutico espanhol, significando “ir contra uma rocha”, como registra Giddens (1991, p. 38). Vê-se que a própria significação literal do termo vai além de uma metáfora no cotidiano de trabalhadores na mineração subterrânea de carvão. Em 1867, Louis Simonin – engenheiro de minas na França, em escritos que teriam inspirado o romancista Émile Zola a escrever a obra *Germinal*, sobre a exploração vivida pelos mineiros de carvão – denominou estes trabalhadores das profundezas da terra como ‘soldados do abismo’, por empreenderem, tal como os marinheiros, uma espécie de combate com a natureza. A ideia está presente em diferentes registros. Também para Philippe Lucas (1981), os mineiros enfrentam “um combate singular, uma espécie de corpo-a-corpo com o Elemento” (Lucas, 1981, p. 28), e sua fraternidade ganharia corpo justamente na especificidade deste cotidiano tão povoado de riscos.

A literatura antropológica mostra que, nesta luta com a natureza, da qual extraem os minérios, os mineiros enfrentam jornadas consideradas perigosas, arriscadas e penosas, sob a ameaça de acidentes que podem ser fatais, expondo seu corpo à mutilação e à deterioração precoce (Grossi, 1981; Eckert, 1985, 1991). Tal como os pescadores de alto mar (Duarte, 1999), esse operários veem-se ultrapassando as fronteiras de um mundo conhecido para penetrar no desconhecido, de forma que, como é dito em Minas do Leão, “um mineiro, quando baixa à mina, nunca sabe se volta para casa”. Assim, uma determinada noção de risco e de perigo é constitutiva de sua profissão, assim como da mística, transmitida de geração para geração, em torno de sua heroicidade, expressa em falas como: “os mineiros de subsolo, para mim, são uns heróis” – dita por um trabalhador que herdou o ofício do pai e que lamentava que a sua carreira não pudesse ser transmitida ao filho, pelo fechamento da mina de subsolo.

Na linha adotada por Giddens (1991), Keck (2006, p. 1) menciona que a noção de risco surge então no vocabulário das viagens marítimas para referir-se aos perigos aos quais estavam expostos os viajantes das Grandes Descobertas: um perigo ao qual se expunha um indivíduo em condições extraordinárias, encontrando-se nos limites do mundo conhecido. Ele analisa a passagem histórica do perigo ao risco considerando que o perigo é aquele no qual se acreditaria de forma afetiva, enquanto que o risco seria calculado de forma racional. Nota, no entanto, que a noção de risco estaria estruturalmente ligada à de perigo: ao invés de substituí-la, seria sua face racional e domesticada. As mudanças no significado e na adoção do termo risco estão associadas à emergência da modernidade, começando no

século 17 e ganhando força no século 18 (Lupton, 2003, p. 5-6). No mundo industrializado, considera-se que a chave para o progresso humano e a ordem social é o conhecimento objetivo do mundo, através da exploração científica e do pensamento racional. A percepção é de que os mundos social e natural seguem leis que podem ser medidas, calculadas e, conseqüentemente, previstas. Nos séculos 18 e 19, o conceito de risco ganha contornos pretensamente científicos, com os novos conhecimentos relativos à probabilidade. Nesse período, o risco não estaria mais localizado exclusivamente na natureza, mas também em seres humanos, em sua conduta, nas relações entre eles e em sua interação em sociedade.

Neste estudo, considero, como Douglas e Wildanski (1984, p. 186), que “o risco é uma construção coletiva”, de forma que a percepção dos fatores que representam risco para uma comunidade depende de categorias culturais, variáveis de uma sociedade para outra. É revelador observar, nos dados obtidos em Minas do Leão, a forma pela qual alguns perigos são identificados como riscos, e como tais termos se distinguem nos tempos mais recentes. O trajeto percorrido de uma noção a outra – do perigo ao risco – nos ajuda a problematizar tais conceitos, sensibilizando-nos para possíveis nuances com as quais aparecem no campo e para seus deslizamentos de sentido.

Assim, mais do que me guiar pelas concepções teóricas, interessa-me problematizá-las no contexto etnográfico sobre o qual me debruço. Neste sentido, um aspecto significativo para a análise é fornecido por Giddens (1991), ao afirmar que, na contemporaneidade, o conceito de risco teria substituído o de fortuna e que, “em condições de modernidade, os perigos que enfrentamos não derivam mais primariamente do mundo da natureza” (Giddens, 1991, p. 111). Como acentua Lupton (2003, p. 12), para os estudiosos da chamada pós-modernidade a noção de risco também vai se tornar uma palavra-chave relacionada aos sentimentos de medo, de ansiedade e de incerteza.

### **Natureza e destino em Minas do Leão**

Ainda que, no cotidiano dos mineiros de carvão, a relação com a natureza seja cada vez mais mediada pela tecnologia, suas representações acerca dos perigos que os ameaçam estão estreitamente ligadas às características peculiares de uma atividade desenvolvida nas entranhas da terra – no interior, portanto, de uma ‘natureza’, considerada aqui, para usar a definição de Roy Ellen (1996), como espaço “não-humano”. Trata-se de um espaço externo, mas também interno, e que, em inúmeras falas, apresenta algo de vivo, imprevisível, acolhedor (como na narrativa em que “depois de 15 dias trabalhando no subsolo não se quer mais saber da superfície”, ou na fala sobre o fato de que “a mina contagia”); ou ameaçador (como quando um velho mineiro diz que a mina “apaixona, mas a primeira impressão que se tem é terror”). Essa natureza, representada pela mina, não é muda, mas tem suas vozes diretas e indiretas.

Portanto, em que pesem os avanços tecnológicos na exploração carbonífera, as

representações dos trabalhadores em torno do perigo e do risco que cercam seu trabalho são atravessadas ora por uma personificação da mina, atribuindo-lhe características de uma animalidade (como quando um mineiro diz que na ocasião em que se sentiu mal devido à inalação de um gás, “a mina virou de patas para cima”), ora por uma intencionalidade (expressa no desabafo de uma viúva de que “a mina levou tudo o que o pessoal tinha”). O interior da mina é pintado como ‘uma paisagem’, então se fala que “é a coisa mais linda que já se viu em termos de natureza”. Outro comentário indica que “a boca do poço é a coisa mais linda do mundo”. A caracterização mais recorrente é a da mina como um ‘lugar’ (que pode ser “outro mundo”, “um fim de mundo”, “um buraco”, “um lugar escuro ou luminoso”, “uma cidade”) e que também pode dissimular seus mistérios e perigos (como para o mineiro que se refere à mina como uma “ratoeira”, cujo perigo é traiçoeiro; ou, de outra forma, na definição de que a mina é “uma caixa de segredos, que ninguém sabe descobrir os seus significados”).

Neste contexto, a noção de risco aparece nas narrativas de trabalhadores que, em sua trajetória, vivenciaram experiências relacionadas à segurança da mina, tais como o pertencimento às Comissões Internas para Prevenção de Acidentes (CIPAS). As qualificações em torno da segurança da mina estão presentes na comparação com as condições precárias da ‘mina de antigamente’, quando a extração de carvão era feita de forma manual, com picaretas e carrinhos de mão, por trabalhadores que não dispunham de qualquer proteção, portando frágeis bonés e alpargatas. Nestes relatos, é assinalado que a adoção obrigatória de equipamentos de proteção, tais como capacetes e botinas, teria reduzido de forma significativa os efeitos de um acidente que, antes, poderia ser fatal. As narrativas que dão testemunho de uma melhora na segurança da mina nas últimas décadas remetem à adoção de técnicas de medição e de cálculo, a partir das quais seria possível prever o risco de um desabamento dias antes de sua ocorrência.

A caracterização mais abundante para falar do cotidiano da mina evoca a ideia de que a mina é perigosa, já que ocorriam ali muitos acidentes fatais. É com base nestas ameaças – em que as tragédias vividas ou narradas são provas contundentes – que se torna legítimo para os trabalhadores admitir, mais ou menos abertamente, a experiência do medo, ainda que circunscrita na maior parte dos casos como relativa à primeira vez em que se desceu à mina, ou à “única vez” em que se sentiu medo. Percebo que o temor dos subterrâneos não está ligado apenas à lembrança dos acidentes e a um cálculo racional dos fatores que podem representar risco em uma mina subterrânea, mas também se relacionam a sentimentos tais como o medo da escuridão, em um lugar em que é sempre noite, e o pavor de ser engolido ou agarrado por seres estranhos que habitariam as profundezas da terra (Delumeau, 1989), ou o de se confrontar com a aparição de companheiros mortos, como relatam trabalhadores de Minas do Leão. A fantasmagoria e a simbologia da mina subterrânea são dos mistérios mais fascinantes que acompanham a atividade ao longo dos séculos e que permanecem em maior ou menor grau na contemporaneidade – seja nas

representações e devoções religiosas em Minas do Leão, seja no culto à estátua do diabo (o *Tio*) nas minas bolivianas, como nos demonstrou June Nash (1979), entre outros.

Em Minas do Leão (RS), a mecanização da exploração do carvão e a adoção de sistemas mais avançados para o controle da segurança entre as décadas de 1990 e 2000, não desfizeram, portanto, as representações de que a natureza continuava a ser um elemento incontrolável, imprevisível, ameaçador. Em algumas narrativas, esta dimensão interliga-se a uma cosmologia mais vasta, que atribui ao destino, à fatalidade um papel essencial na ocorrência e nas consequências de uma tragédia, que podem ser explicadas ora pela falta de segurança da companhia ou negligência de seu corpo técnico, ora por um comportamento de risco do próprio trabalhador e, simultânea ou alternativamente, por uma crença no destino. Nos relatos, alguns acidentes parecem pertencer à categoria do que “era para acontecer” – ou seja, estariam subordinados a forças externas diante das quais se é impotente; ao destino, na definição adotada por Gilberto Velho (1994, p. 123-125). Como foi dito, há representações sobre acidentes que ocorreriam por “descuido”, em situações em que o trabalhador não utilizaria os equipamentos de segurança. Outras narrativas diziam respeito à “negligência” de engenheiros e da companhia em relação às normas de segurança e à manutenção de equipamentos.

### **A história de Luiz**

Operário do setor de mecânica da CRM, Luiz, sempre acreditou em fatalidade. Temia o fundo da mina, onde funcionavam as frentes de produção. No entanto, foi atingido por um acidente justamente na boca do poço, que considerava ser uma área ‘segura’. Durante a queda de um elevador (‘gaiola’, como é apelidada pelos mineiros) no interior da mina, em novembro de 1991, que matou seu colega apelidado de Sereno, Luiz ficou gravemente ferido e teve de amputar uma perna.

Sempre fui um cara que dizia pros meus colegas: “Se for destino morrer na mina ou ficar aleijado, é coisa do destino. Eu não me preocupo”. Eu sou um cara que acredito em destino, sabe. E aconteceu mesmo. Eu dizia: “Se for para morrer ou ficar aleijado, eu vou ficar”. Quantos colegas meus se aposentaram e não arranharam nem um dedo. E eu, por azar, perdi a minha perna. Foi por pouco que não perdi a outra perna (Luiz).

Se em alguns momentos do seu relato a reflexão sobre o destino fornece o sentido do acontecimento, em outros, Luiz expressa sua revolta pela negligência da empresa na manutenção do cabo que segurava a ‘gaiola’. Ou seja, a noção de destino é entrelaçada à responsabilização da companhia (segundo diz, “o acidente foi devido à negligência dos próprios engenheiros da empresa”). Cita detalhes apontados pela perícia, tal como a altura em que se encontrava o elevador e as más condições de manutenção. O processo resultou na

condenação de três engenheiros da companhia.

O mineiro contou que, quando voltou a trabalhar, descarregou todo seu ódio contra os antigos chefes. Menciona, particularmente, um engenheiro da mecânica que o humilhava durante o trabalho no subsolo. Estava no hospital quando recebeu a visita desse engenheiro.

Quando eu me acidentei, que fui pra Santa Casa, aí ele foi lá me visitar: ele, a mãe dele e a mulher. Báh, botei o dedo na cara dele assim, com aquele bigodão dele, disse assim: “Sem-vergonha, filho da puta!” A mãe dele junto...chamei de filho da puta e de corno, com a mulher dele do lado. De tanta revolta que eu tinha. “Decerto tá muito feliz de me ver aqui em cima de uma cama sem uma perna, aqui, todo arrebitado. Teve cara de vir aqui me ver, ô sem-vergonha, cachorro! A tua visita não me faz falta, pode ir embora. Pela porta que tu entrou, tu sai”. Aí ele começou a chorar e a mãe dele pediu perdão. “Não, quem tem que perdoar ele é Deus, eu não perdo! Me tratava embaixo da mina [...] que nem um cachorro. Deve estar muito feliz de me ver agora aqui, sem-vergonha!” (Luiz).

Na continuidade de sua narrativa, percebe-se que o episódio do acidente é atravessado por múltiplas conexões – envolvendo relações de poder na companhia, relações familiares e a própria religiosidade, da qual lançou mão para suportar a recuperação. O impacto psicológico da mutilação foi ainda pior do que o sofrimento físico, segundo contou. Tratou-se com neurologista, com psicólogo e, na época da entrevista, ainda tomava medicamentos para a depressão.

Porque tu pensar... perdi. Uma coisa é tu nascer, mas tu ficar...por causa da incompetência dos outros. Te doi, né. [...] A parte mais difícil não foi tanto a recuperação do corpo, mas foi o cérebro. [...] Sempre fui de temperamento difícil. Aí ficou pior. É difícil a gente aceitar. Mas agora... agora eu já levo na esportiva. Sei que muita coisa eu não posso fazer, não faço [...] Não vou deixar de viver por causa disso (Luiz).

Uma experiência significativa, para Luiz, foi o ingresso no Centro de Reabilitação Profissional, em Porto Alegre, onde viu casos ainda mais graves do que o seu. Avalia que os cuidados que recebeu de psicólogos, fisioterapeutas e assistentes sociais ajudaram a levantar seu ‘moral’. Lembra-se que, no primeiro dia, “quase morreu chorando”, sentia-se “atacado dos nervos”. Conviver com outros mutilados, em situações “vinte vezes piores”, contribuiu para relativizar a perda.

O que tu vê lá de gente caminhando só com o corpo, sem os braços, sem as pernas, numa cadeira de rodas. Aquilo ali me levantou. [...] Depois eu comecei a ver, sabe, os cara lá tem os braços, mas não tem as mãos.... Ou não tem os dois braços cá em cima nos ombros. E dando risada lá [...]. Pô! O que que eu quero.... uma perna não é nada. Isso aí não é nada (Luiz).



Sua mulher, Solange, conta que o mais difícil foi quando o marido recebeu alta do hospital, foi para casa e ela teve que cuidar dele sozinha. A começar pelo fato de que a casa era muito pequena e não tinha banheiro no interior. Ela, então, estendeu um tapete de borracha para ele ir “se arrastando pelo chão”. Luiz, que ficou um ano e meio em uma cadeira de rodas, diz que foi sua força de vontade e a ajuda de Deus que fizeram com que voltasse a andar. “Eu me lembrava de Jesus, quando tava... eu me lembrava muito dele”. Mencionava ser grato a alguns amigos que não o abandonaram, e à sua mulher. Considerava, entretanto, não ter recebido apoio de outros familiares.

Lembra-se da revolta que sentiu quando retornou à companhia. Com todo o sofrimento enfrentado na recuperação, voltar a trabalhar foi uma experiência dura. Até hoje, prefere não olhar para a entrada da CRM. Diz que não sente “saúde nenhuma da mina”, apenas falta de alguns colegas. Ele entrou na Justiça para obter uma indenização da empresa. Sua sentença saiu em quatro anos e meio. Quando soube da sentença, pelo advogado, em vez de rir, o mineiro chorou.

Porque aquilo não é felicidade... deixar um pedaço teu. [...] Amenizou, mas eu queria ter minhas duas pernas toda a vida, fazer o que eu gosto de fazer (Luiz).

### **A morte de Pedro**

O dia 15 de outubro de 1984 ficará gravado para sempre na memória de Zaida, a viúva de Pedro, mineiro falecido em acidente na mina de Leão I, em Minas do Leão. Quando pergunto a ela sobre a época em que o marido começou a trabalhar na mina, responde que só recorda da data em que ele morreu, mas não do começo. Antes mesmo da tragédia, angustiava-se pelo perigo a que o trabalhador estava exposto. Entendia ser um serviço arriscado, então se preocupava: “Às vezes, a pessoa sai e não volta. Que nem ele, né, saiu e não voltou mais”.

O marido recém havia começado o dia de trabalho quando ocorreu o desmoronamento que o atingiu. Ela ficou sabendo que a demora em resgatar seu corpo foi devida a outros caimentos que iam ocorrendo enquanto a equipe removia o carvão que já havia desabado. Sabe que o acidente ocorreu pelas 8h00 da manhã e diz que a retirada do corpo só foi possível pelas “dez e tanto da noite”.

A gente nem viu ele, já veio pronto de lá no caixão. Não dava prá ver, tava muito quebrado. Só o osso dele que a gente via, mas tava muito... Báh! Tava muito estragado. Deus o livre! (Zaida).

Ela lembra-se que, naquele dia, não se sentia bem em função de uma depressão, de “uns problemas de nervos”. O marido acabou se atrasando para o trabalho porque precisou levá-la ao médico. Ela até insistiu para que ele faltasse ao serviço. Ele respondeu que não

gostava de falhar. Quando Pedro saiu, Zaida tomou um remédio e deitou-se. Raquel, a filha adolescente, tinha ido à Cooperativa dos Mineiros comprar verduras para uma sopa, quando um vizinho lhe deu a notícia de que seu pai tinha sofrido um acidente. Quando ela chegou em casa, a mãe teve um sobressalto, como se a casa desabasse sobre ela. Sentiu que algo muito ruim tinha acontecido. “Me deu aquele pressentimento assim...” Quando a filha entrou em casa, ela deu um pulo na cama. Raquel disse: “Mãe! O pai sofreu um acidente!” Zaida respondeu: “Não sofreu, minha filha, ele tá morto”.

Desesperadas, mãe e filha correram para a mina. Lá, foram atendidas por uma assistente social. A informação que receberam foi que ainda não estava confirmado se o acidente era com o mineiro Pedro. “Eu sei que é ele”, insistiu Zaida. Pareceu-lhe que a empresa queria esconder que o marido havia sofrido o acidente. Só algum tempo depois veio a confirmação. Os parentes já estavam avisados. Para a viúva e a filha, a dor e a angústia eram intermináveis. Zaida acredita que o marido teve um pressentimento de que ia morrer, pelas últimas recomendações que dirigiu à filha: “Tu cuida bem da tua mãe, nunca abandona tua mãe sozinha”.

Ela viu o marido no caixão, mas não o reconheceu. No período de nossas entrevistas, ainda a invadia a sensação de que não era ele que estava ali, de que Pedro não havia morrido de verdade. Mencionava também o sofrimento e a revolta da filha. Raquel era muito apegada ao pai. Nos fins de semana, Pedro costumava levar a filha e as amigas para as reuniões do clube da cidade. Zaida diz que, desde a morte do marido, a garota, antes alegre, não é mais a mesma. “Ela ficou muito quebrada, muito magoada”. Curiosamente, usa o mesmo adjetivo para falar do marido, atingido por um desmoronamento, e da filha, golpeada pela perda do pai. Ambos ficaram “quebrados”, um perdeu a vida, o outro perdeu parte do sentido da sua. Recorda-se que, em alguns momentos, tinha que levar a filha ao cemitério no meio da noite. Às vezes, durante o dia, quando o sol esquentava, a menina gritava que seu pai estava no sol e que precisava tirá-lo de lá.

Em muitas ocasiões, depois da morte, a viúva tinha a impressão de que o marido apenas viajara, como fizera antes, e que um dia iria voltar. Por algum tempo, esqueceu como era seu rosto e, mesmo nas fotos, parecia-lhe um estranho.

Logo que ele faleceu, eu tive muito tempo assim sem lembrar a imagem do rosto dele [...] Eu deixava de noite e tentava lembrar a feição, como que ele era. Não conseguia lembrar. Aí, depois, foi passando, passando assim e aí parece que veio de novo a feição do rosto dele. Eu olhava as fotos dele assim, mas sei eu... que era tão estranho. E pra mim parecia que ele tava viajando (Zaida).

Em seu desespero por não se lembrar do rosto do marido, invadida pela sensação de incerteza que a fazia duvidar de sua morte, Zaida estabeleceu uma espécie de comunicação com o marido morto. Ela tanto pediu, dizendo que gostaria de ver seu rosto, que acredita ter recebido uma resposta. Em uma ocasião, era véspera de finados, ela e a

filha foram ao cemitério. Quando chegaram, uma senhora lhe disse: “Olha, aquele túmulo ali, recém aquele túmulo estourou”. Era o túmulo de Pedro. Tinham se passado sete anos de sua morte. Ela e a filha se assustaram. Foram até lá e viram, conforme relata: “Tava todo destapado o rosto dele e ele tava inteirinho”. Recorda-se que, muito impressionada, foi para casa e pediu ao companheiro (havia se casado novamente) que fosse até lá, “tapar o túmulo”. Ele lhe disse: “Viu que não presta dizer as coisas? Tu disse que queria ver ele, tu viu. Agora tá aí...”

Depois da dor da perda, sobreveio o desamparo e as dificuldades financeiras. Como a liberação da pensão a que tinha direito tardava, Zaida e a filha empregaram-se como domésticas em ‘casas de família’, em Butiá. O sentimento era de desorientação, de perda de rumo. Só muito tempo depois da morte do marido, Zaida obteve uma indenização na Justiça. Mesmo hoje, evita olhar para o portão da mina, porque se lembra de todo o sofrimento pelo qual passou.

É uma coisa que a gente não esquece nunca. Parece assim que os anos passaram e parece que foi ontem. [...] Às vezes, vamos aqui por baixo, por detrás da mina, que tem uma estrada lá pela costa do mato [evitando passar em frente à companhia, na avenida principal da cidade]. Cada vez que passa, a gente olha, a gente lembra [...]. A gente não esquece, fica aquilo na lembrança, aquilo ali, eu lembro bem direitinho do dia, a hora, tudo (Zaida).

### **“O mineiro é um corajoso e um louco”**

Na reconstrução que o sindicalista Oniro Camilo faz de sua trajetória, percebe-se que a noção de risco perpassa diferentes aspectos da vida social, entrecruzando a rotina na mina, o trabalho de organização dos trabalhadores e os embates mais recentes que contrapõem a geração de empregos aos problemas ambientais decorrentes da extração de carvão. Quando Oniro ingressou na profissão, no início dos anos 1980, a categoria contava com 6 mil trabalhadores na região. Cerca de vinte anos mais tarde, em 2003, quando ele iniciava seu primeiro mandato como presidente do Sindicato dos Mineiros, o número de trabalhadores havia se reduzido em dez vezes, restando então 600 empregados no setor. Esse drástico encolhimento era atribuído à ausência de uma política nacional para o carvão. As duas principais empresas da região, a estatal CRM e a privada Copelmi, desde a década de 1990 tinham encolhido as explorações subterrâneas até sua extinção completa – a última mina de subsolo da CRM, como mencionado, foi fechada em 2002 –, limitando-se a áreas de extração a céu aberto.

Filho de mineiro, Oniro, como “todo guri de sua época”, sonhava em trabalhar na mina. Ainda criança ele perdeu o pai, morto em 1973, em decorrência de problemas de saúde originados em um acidente que sofreu na mina da Copelmi, poucos anos antes. Tocador de carro, o mineiro foi prensado entre duas vagonetas. Esse traumatismo, segundo

meu interlocutor, “arriou-lhe o coração”, o que o levou a ser aposentado por invalidez. Depois disso, mudou-se com a família para a zona rural de Butiá, onde se tornou agricultor, mantendo horta, lavouras de milho, de feijão e de outros cereais, além da criação de vacas leiteiras e de galinhas. Sem conhecimento de seus direitos, nunca buscou uma indenização pelas sequelas do acidente. Com sua morte, a viúva e seus cinco filhos voltaram para a cidade. Posteriormente, ela teve outros filhos, enfrentando toda a sorte de dificuldades. Aos 18 anos, Oniro foi procurar uma vaga na mesma companhia<sup>2</sup>. Naquela época, a Copelmi só operava minas de superfície. Ele foi trabalhar nas peneiras, na separação manual do carvão. Depois, foi coletor de amostras e, mais tarde, atuou como auxiliar mecânico, até chegar à função de eletricitista, em 1986.

Em 1988, durante uma greve da categoria, Oniro viveria momentos que marcariam sua vida profissional. Nesta época, a defasagem salarial dos trabalhadores da Copelmi era grande; estavam recebendo menos do que os empregados em ‘mato’<sup>3</sup> – um referente negativo de uma categoria mal paga e que atua em condições precárias. Nessa greve, os mineiros da Copelmi e da CRM na região pararam durante seis dias. Com o intuito de fortalecer o movimento, o sindicato organizou uma viagem a Candiota, na fronteira Oeste do Estado, onde funciona outra unidade da CRM cujos trabalhadores não haviam aderido à greve. Oniro estava entre os ativistas.

Então, a gente lotou um ônibus. Fomos lá e fizemos o pessoal de Candiota parar, conscientizando, conversando e também fazendo piquete na portaria e não deixando eles entrarem. Inclusive a Brigada<sup>4</sup> [...] interveio pra evitar um confronto entre os mineiros, porque tinha os pelegos que queriam trabalhar, e nós que estávamos em greve queríamos que eles parassem pra ter mais força. Então, quase que houve um confronto que poderia ser fatal. Foi muito perigoso (Oniro).

Uma assembleia tumultuada decidiu pela adesão dos trabalhadores locais à greve. No entanto, metade dos mineiros mostrava-se contrária ao movimento. “Houve pessoas que saíram dali, da greve, e foram direto pra dentro da mina, os pelegos, os furadores de greve, e aí a gente trancou os outros, do turno da madrugada, para não entrarem”. Havia 200 trabalhadores naquela unidade e eram em torno de 40 os mineiros que haviam se deslocado até lá. Para conter o movimento, um efetivo de 30 a 40 soldados ocupou a mina, convocado pela companhia. Poucas conquistas foram obtidas na paralisação: o pagamento dos dias

2 Oniro não menciona que a obtenção do emprego tenha se dado em função de uma dívida simbólica da Copelmi com seu pai, mas essa referência foi feita por Zé Carlos, um de meus interlocutores em Minas do Leão. Ele me contava que, como seu pai tivesse se acidentado na mina, aos 38 anos, e perdido a visão de um olho, se aposentou por invalidez. Anos depois, um engenheiro da CRM deu um emprego a Zé Carlos “por consideração” ao acidente sofrido pelo pai.

3 A expressão é usada para designar trabalhadores, muitas vezes informais ou clandestinos, que atuavam no corte de florestas de eucaliptos e acácias, cuja produção era fornecida a empresas de papel e celulose.

4 Brigada Militar é a denominação usada no Rio Grande do Sul para Polícia Militar.

parados e a concessão do vale-alimentação.

Um mês após o término da greve vieram as demissões: dezoito trabalhadores da Copelmi, que haviam participado da manifestação em Candiota, foram desligados da empresa. Entre eles, Oniro. Meu interlocutor explicava que aquilo foi uma grande surpresa: “Nós não tínhamos estabilidade. A gente se meteu de pato a ganso e acabou se ferrando”. A lição aprendida era que para estar na linha de frente seria preciso dispor de estabilidade e conhecer os meandros das relações trabalhistas. Ele se sentia decepcionado com a gestão do sindicato, que os teria lançado à própria sorte, sem alertá-los para os riscos, nem se mobilizar para reverter as demissões. Esses cortes, feitos pela Copelmi, teriam sido encomendadas pela CRM, que, embora não demitisse por ser uma estatal, havia solicitado os desligamentos porque não admitia que empregados da empresa privada fossem insuflar seus funcionários à greve. Malgrado o fato de que fossem rivais no mercado de carvão, as companhias faziam suas alianças. Quase um ano depois, uma parte dos demitidos foi procurada por um advogado da Copelmi, que propunha que retornassem à atividade, mas solicitava a promessa de que não se envolvessem em ações sindicais.

Na greve seguinte, ocorrida em 1992, os trabalhadores aderiram à paralisação, mas sem se expor em demasiado nas manifestações de rua. A própria direção do sindicato orientou que, quem estivesse em ‘situação de risco’, ou seja, sem estabilidade, faria melhor indo pescar ou cuidando da horta. A paralisação durou 36 dias. Oniro questionava a direção do sindicato sobre se a greve “era, de fato, responsável” e se existiam garantias de que a entidade estaria ao lado dos trabalhadores se houvesse novas demissões. No ano seguinte, ele apoiou uma chapa de oposição. Neste período, já começava uma atuação como membro da CIPA. Ele destacava o aprendizado obtido nas CIPAs, que alertava para o fato de que algo incorporado na cultura da mina, como as ‘brincadeiras brutas’, envolvendo socos e pontapés, constituíam “um ato de risco”. Depois de 1998, com a intensificação dos investimentos em segurança, as brincadeiras entre os trabalhadores se alteraram, mas não desapareceram.

A própria brincadeira do mineiro, dentro do setor de serviço, é um ato de risco. [...] Mas a profissão de mineiro foi, é, e sempre vai ser um ato de risco. Descer à mina, simplesmente descer à mina já é uma condição perigosa, porque basta tu fazer um acompanhamento dos jornais de hoje dos acidentes que acontecem na mineração tanto na China, como no Chile, agora há poucos dias na Colômbia.... É risco de desabamento, de gás, e de uma série de coisas. É uma profissão de risco mesmo.

A partir dessas definições da profissão, como sendo “de risco”, eu lhe perguntava se o ofício poderia ser considerado heroico. Inicialmente, Oniro hesitou. Depois, referiu-se a características dos mineiros de subsolo, incluindo também os trabalhadores na extração do cobre, da bauxita e de outros minerais. Traduzia as razões pelas quais não gostaria que seu

filho, nesta época com 11 anos, trabalhasse na mina.

Oniro: O mineiro, de modo geral, é um corajoso e um louco, porque um trabalhador em sã consciência jamais deveria descer a uma mina. Jamais deveria descer a uma mina! Vai pela necessidade e também pelo desafio de ser mineiro, por toda aquela trajetória de família que teve. O meu pai foi mineiro, eu sou mineiro, mas eu não quero que meu filho seja mineiro. Eu trabalho, tento criar condições para que, no futuro, meu filho não seja mineiro. Coisa que, no passado, era o inverso. Era um orgulho para o pai ter um filho trabalhando junto com ele, na mina. E eu não quero que meu filho seja mineiro. Eu estou trabalhando para que ele não seja.

Entrevistador: Teu pai queria que os filhos fossem mineiros?

Oniro: Queria. Era o orgulho de todo o pai que o filho seguisse o mesmo caminho. E também do filho querer isso. Eu quis ser mineiro. Eu gosto de ser mineiro. Mas eu não quero que meu filho seja mineiro. [...] Eu procuro dar estudo pra ele, procuro incentivar pra que ele estude bastante pra que ele trilhe outro caminho e não esse, que é muito perigoso. Então, prefiro que ele siga outro rumo, outra profissão.

Tornar-se mineiro, no período anterior, era uma “necessidade”, mas também um “desafio”. Outro aspecto a ser sublinhado é a mudança de projeto que ele expressava em relação ao filho, afirmando enfaticamente não gostaria que o menino seguisse sua profissão. Mais do que generalizar essa ruptura nos projetos familiares, meu intuito é sinalizar as peculiaridades presentes em cada trajetória. Em relação à dimensão da mina como “desafio”, Oniro voltaria depois ao tema ao comentar que “a adrenalina vicia”. Referia-se tanto à exposição a que estão sujeitos os mineiros no ofício como aos desafios da própria atuação sindical.

A profissão de mineiro é uma profissão de risco, e os sindicatos não deixam de ser, porque a gente diz: “Nunca vem beijinho na testa, só vem abacaxi”. E desses desafios a gente gosta (Oniro).

Referia-se, naquele período, a 13 demissões que puderam ser evitadas na Copelmi. Em 2004, quando, apesar dos esforços da entidade, a empresa cortou cerca de 100 postos de trabalho, a atuação dos dirigentes sindicais passou a ser para a contratação desses trabalhadores por uma empresa que prestava serviços à própria Copelmi, que acabou por aproveitar 40% desse contingente. Em suas manifestações, além da proteção do emprego, sustentava ainda a ‘defesa do carvão’.

A gente luta pelo carvão, tenta vender o nosso produto, de certa maneira, fazer um trabalho pelo qual as empresas também se beneficiem, justamente pra que na hora de sentar pra negociar, seja de uma dessas demissões que a gente tenta evitar, ou até mesmo no acordo coletivo buscar conquistas para que a categoria seja beneficiada. A gente busca esse respaldo porque não consegue

tirar o leite de uma vaca se não alimentá-la. Ou colher o ovo de uma galinha se não der alimento pra ela.

Oniro estava se referindo a um projeto da Copelmi de minerar em uma área de reserva ambiental, junto ao local denominado açude grande, que abastece de água a população de Butiá – município vizinho a Minas do Leão. Esse projeto estava para ser votado na Câmara de Vereadores de Butiá. Naquela discussão, o sindicato havia se posicionado ao lado da companhia, que ameaçava deixar a região caso não pudesse expandir a sua produção, já que começava a experimentar o esgotamento de outras reservas. Do outro lado, estavam os ambientalistas, apontando os efeitos nocivos que aquela exploração traria para as gerações seguintes. Oniro sustentava que a posição dos ambientalistas era movida por “sentimentalismo” e que o assunto tornara-se pivô de um “palanque político”. Evidenciava estar acompanhando as discussões sobre os riscos ambientais no plano internacional, a partir, especialmente, do Protocolo de Kyoto, sobre a necessidade de os países reduzirem as emissões de gás carbônico. Neste cenário, as usinas termoeletricas a carvão tinham surgido como vilãs para o aquecimento global.

### **A questão ambiental**

O Sindicato dos Mineiros foi um dos promotores de uma audiência pública que, em dezembro de 2006, reuniu cerca de 400 pessoas no Clube Butiá para discutir o projeto da nova mina a céu aberto da Copelmi, na área do açude que abastecia de água a comunidade. Estive presente no evento que reuniu autoridades locais, entidades sindicais e comunitárias, trabalhadores e moradores da cidade, além de representantes da Copelmi e da Corsan – empresa de saneamento do Estado. A posição do sindicato dos mineiros estava bem marcada. Na entrada, havia ampla distribuição de bonés vermelhos confeccionados pela entidade nos quais se podia ler: “Eu quero emprego”. Na frente do clube, uma faixa do sindicato dizia: “Carvão mineral, gerando energia com responsabilidade”.

O primeiro a fazer uso da palavra foi um deputado estadual. Ele descreveu um cenário no qual, com uma metalúrgica da localidade fechando as portas e as empresas de madeira demitindo, “não era possível cruzar os braços e ver os distritos vizinhos crescerem”. Ressaltava a ameaça da Copelmi de que, se não pudesse minerar naquela área, teria de abandonar o município. Enquanto ele mencionava que o açude em questão estava com nível baixo, alguém da plateia gritou: “Mentira!” Tal manifestação dava o tom apaixonado conferido à discussão. O representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração da Madeira disse que a população se preocupava com a qualidade da água, mas arrancou aplausos ao defender que era preciso alcançar os municípios vizinhos que estavam se desenvolvendo mais rapidamente. Essa rivalidade com as cidades vizinhas seria um dos argumentos, ao lado da própria defesa da geração de empregos na localidade, para defender

a justeza dos propósitos da companhia.

Ao se manifestar pelo Sindicato dos Mineiros, Oniro afirmou que a “sociedade civil organizada era o quarto poder” e que tinha o direito de se pronunciar sobre temas polêmicos. Mencionava uma campanha existente em nível mundial que difamava o uso do mineral, “como se o carvão fosse um malefício para a comunidade”, sem levar em conta as novas tecnologias existentes. Lamentava a perda de postos de trabalho naqueles últimos cinco anos na localidade: estavam ali 98 trabalhadores demitidos, havia pouco, da metalúrgica Semeato; outros 105 trabalhadores haviam sido dispensados da Copelmi em 2005; e, na área da madeira, o corte havia sido de 500 vagas. Ele defendia “uma mineração responsável com o meio ambiente”, afirmando que se preocupava com o futuro que iria deixar aos filhos, “mas também com o emprego”.

Em sua fala, o prefeito da cidade esclarecia que a proposta de alteração do Plano Diretor, na qual o açude era retirado da área de preservação ambiental, estava sendo avaliada pela Câmara de Vereadores. Segundo ele, alternativas tinham sido sugeridas à empresa, na tentativa de preservar aquela área, assim como o estudo de “compensações ambientais”. Um representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente alertava: “A miséria também impacta o meio ambiente humano, mas não devemos nos valer disso para extrair e não reparar e não compensar”. Uma vereadora afirmava que, sendo Butiá “uma terra de mineiros”, todos, a princípio, seriam a favor da mineração, mas, segundo ela, seria necessário pensar no emprego “com qualidade de vida”. Em sua fala, o superintendente da Copelmi, Cesar Farias, sustentava que, em cem anos de funcionamento, a empresa nunca tinha desrespeitado as legislações ambientais federais e municipais e que, ao contrário, havia recebido vários prêmios de distinção por suas políticas neste setor. Explicou os planos da empresa, fazendo referências ao açude alternativo proposto pela empresa que já estaria, na prática, socorrendo o abastecimento do município em épocas de seca.

Quando o microfone foi aberto, um trabalhador tomou a palavra e questionou a vereadora que havia defendido ‘qualidade de vida’: “De onde virão os empregos depois que a Copelmi for embora?”, provocou. “Será que o emprego virá da área do açude?”, completou, sendo aplaudido ruidosamente. Quase no final da sessão, um operário da Copelmi se manifestou: “E o nosso trabalho, como vai ficar? O que queremos é trabalhar! Queremos serviço, oportunidades de trabalho!” Ele também foi aplaudido com entusiasmo. A empresa prometia a criação de duzentos empregos com a exploração da área. É perceptível como duas facções estavam claramente esboçadas, de forma que o emprego era contraposto à miséria, que poderia ser gerada por uma desistência da empresa em minerar na região. De outro lado, estavam as preocupações ambientais, introduzindo na discussão conceitos tais como os riscos à “qualidade de vida” dessas localidades, caso fossem submetidas a decisões puramente econômicas.

Fora daquele circuito, alguns mineiros, com os quais mantive contato na cidade vizinha de Minas do Leão, acompanhavam com atenção a polêmica através do rádio, mas



o interesse se devia mais ao cultivado gosto por polêmicas do que a uma posição firmada. Como eram funcionários da CRM, ativos ou aposentados, não seriam afetados diretamente pelas decisões. Naquele período, a resolução acabou sendo adiada.

Como mostrou um estudo coordenado por Leite Lopes (2004, p. 228), “‘poluição’, ‘risco’, ‘perigo’ são categorias construídas social e culturalmente dentro de cada realidade local”. Davis (2004) enfatizava que a experiência física direta da poluição não é suficiente por si só para mobilizar social e politicamente as comunidades. Em Minas do Leão, o impacto ambiental da mineração – com a ampliação das áreas de exploração a céu aberto – pouco aparece nos discursos dos trabalhadores. Embora estudos deem conta dos danos ambientais, para a maior parte dos informantes a convivência com o carvão tornou-se ‘natural’. São escassas as manifestações que dizem respeito aos riscos para a saúde ou para o meio ambiente. As representações em torno da ‘poluição’ remetem, por exemplo, à situação do arroio, onde, no passado, a população se banhava e pescava e que hoje estaria contaminado pela mineração, com “tudo morto”. Outros discursos sobre contaminação diziam respeito à chegada das famílias à vila mineira, a partir da década de 1940, quando teriam sido registrados problemas de saúde por não estarem ‘acostumadas’ com o carvão, cuja queima doméstica era usada para preparar alimentos, desprendendo um gás nocivo à saúde. Nesta concepção, os problemas de saúde surgiram porque ainda não se tinha “aquele hábito de mineiro”, espécie de resistência física e moral, que, uma vez adquirida, impediria o estranhamento e o mal-estar. Um contraponto a isso está no depoimento que vê o mineral como sagrado, e a forma como um mineiro se acostuma com o mineral como sendo a forma pela qual ele se apropria do ofício.

De outro modo, a noção de poluição e de risco ambiental surge vinculada à instalação, na periferia de Minas do Leão, de um aterro sanitário – chamado de “lixão” nas falas dos moradores – que recebe diariamente cerca de 900 toneladas de resíduos domésticos de 30 municípios gaúchos. A polêmica obra resulta de um acordo entre uma grande mineradora privada, que viu no aterro uma forma lucrativa de cobrir as cavas abertas pela extração carbonífera, e a prefeitura municipal, com o apoio de parte dos vereadores. Um embate passou a ser travado entre a noção de progresso representada pela central de resíduos, sustentada pelo então prefeito e pelos vereadores que apoiaram o contrato, e a percepção de risco ambiental, como expressa, por exemplo, por um ex-mineiro, neto de benzedeira, que aprendeu a respeitar a natureza e que se preocupa com as futuras gerações ao ver sua cidade ser “entupida de lixo”. Mobilizações contra o ‘lixão’ levaram moradores e manifestantes até Porto Alegre. Ações judiciais foram impetradas, mas derrubadas na Justiça. O empreendimento suscitou o confronto de, pelo menos, três lógicas: a econômica, que defende a geração de receita aos cofres públicos e de empregos; a ecológica, que teme efeitos em longo prazo; e a política, dizendo respeito à subordinação de governos municipais ao poder das companhias mineradoras.

### **Outras ameaças: os acidentes na “faixa”**

As narrativas dos moradores dão conta que um risco importante à sua segurança é representado ainda pela rodovia federal, que corta ao meio o traçado da cidade. Nos relatos sobre as tragédias familiares, as mortes na mina entrecruzam-se com as mortes ‘na faixa’. Considera-se que a BR-290, ligando a região à fronteira com a Argentina, colabora com a cidade, mas também é um risco, dado o elevado número de atropelamentos e colisões, em muitos casos envolvendo mais de uma vítima da mesma família. Em um caso, pai e filho morreram no mesmo ano, em dois diferentes acidentes na rodovia. Noutro caso, particularmente dramático, três filhos jovens de uma mesma família – um rapaz e duas moças – perderam a vida em três acidentes ocorridos sucessivamente em um período de cinco anos, na década de 1990.

Há uma relação ambígua dos moradores com a rodovia, ou ‘a faixa’, como é chamada. Se, por um lado, abre os horizontes facilitando o deslocamento de pessoas e transporte de cargas, por outro, representa uma contínua tensão quanto à segurança física dos habitantes. Essa dupla condição está presente na fala do pároco local, o padre Wilson. Quando chegou ali, ouvia falar “que toda semana morria gente”. Mas avaliava que os acidentes tinham se reduzido desde que foram colocados ‘pardais’ na rodovia<sup>5</sup>. Quase todos recordam de um parente, amigo ou conhecido morto em acidente ou atropelamento na rodovia. Em 13 de agosto de 2003, o jornal *Zero Hora* mostrava na contracapa, com o título “Morte na BR-290”, a fotografia de um automóvel destruído na colisão com um caminhão. Uma das vítimas era Pedro, mineiro aposentado, de 48 anos.

### **Considerações finais: “O carvão é sujo, mas pode ser limpo”**

Para as gerações dos “filhos do carvão”, escasseiam aqueles que desejariam ver seus próprios descendentes enfrentando os perigos do subsolo, desafios que ficariam reservados aos que, como disse o sindicalista Oniro, detêm características limítrofes entre a coragem e a loucura. Mas mesmo quem nunca fez planos de reproduzir a profissão do pai vê-se na contingência de um ingresso no trabalho subterrâneo, que guarda certas similaridades com o passado, ainda que, agora, sejam contratados por empresas terceirizadas, sem os mesmos direitos e nem a mesma perspectiva de uma carreira, como era oferecida pela empresa estatal. Ainda assim, tais possibilidades são consideradas vantajosas em um horizonte em que muitos filhos de mineiros migram para obter acesso a uma vaga como trabalhadores urbanos ou rurais ou, ainda, se submetem à atividade precária e penosa dos serviços “em mato”, derrubando eucaliptos e acácias, recrutados por empresas, muitas vezes clandestinas, que fornecem madeiras a indústrias de papel e celulose. Tanto as condições de trabalho como o próprio impacto ambiental dessas florestas vêm suscitando discussões.

5 Controladores de velocidade.

Como se viu, nos debates travados nas comunidades de Minas do Leão e Butiá sobre os impactos ambientais da exploração do carvão à flor da terra os moradores mostram-se divididos: bandeiras como a da “qualidade de vida”, levantadas por ambientalistas, são qualificadas como “sentimentalismo” por sindicalistas, para quem o risco de desemprego e de miséria é considerado mais ameaçador do que os danos ocasionados à natureza pela mineração. Eles defendem, contudo, investimentos das empresas em novas tecnologias para reduzir os impactos ambientais.

Neste sentido, sua posição é similar a manifesta pela Conferência Internacional de Mineiros de Carvão, ocorrida em Edimburgo, em 18 e 19 de março de 2009, que reuniu 120 delegados de 20 organizações sindicais de 14 países (Grã-Bretanha, África do Sul, Alemanha, Austrália, Canadá, Colômbia, França, Índia, México, Polônia, Turquia, Ucrânia, Estados Unidos e Vietnam). Uma das conclusões do evento, que passou a ser uma espécie de palavra de ordem, foi a de que “o carvão é sujo, mas pode ser limpo” (*Le charbon est “sale” mais il peut être “propre”*)<sup>6</sup>. A conferência condenou o fechamento massivo de minas de carvão e a supressão de milhares de empregos em nome da “luta contra a poluição”, argumentando que o mineral está longe de ser a única fonte poluidora, vindo atrás do setor de transportes, por exemplo. O documento sustentava que o futuro do ambiente e da indústria carbonífera passaria por um carvão ‘limpo’, compreendendo soluções como a retirada e a estocagem do CO<sub>2</sub>. “As multinacionais, que enriqueceram graças a um boom carbonífero sem precedentes, devem investir suficientemente em tecnologias do carvão ‘limpo’”, diz o documento<sup>7</sup>.

## Referências

CIOCCARI, Marta. **Ecossistema subterrâneo**: estudo antropológico do cotidiano e memória da comunidade de mineiros de carvão de Minas do Leão (RS). 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_. **Do gosto da mina, do jogo e da revolta**: um estudo antropológico sobre a construção da honra numa comunidade de mineiros de carvão. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. Sob um cotidiano de riscos: narrativas sobre o medo e o perigo numa comunidade de mineiros de carvão. RBSE. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção** [Online], v. 11, n. 31, p. 89-124, 2012. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/RBSE%20v11n31abril2012%20completo%20em%20pdf.pdf>> Acesso em: 20 out. 2012

COURRIER DE L’OIEM. **Bulletin d’information de l’Organisation Internationale de l’Energie et des Mines**. Montreuil, France, n. 97, mars-mai 2009.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**: 1300-1800: uma cidade sitiada. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

6 Sobre este aspecto, é importante considerar as análises de Douglas (1976).

7 A este respeito ver Courrier de l’OIEM (2009, p. 4).

- DESCOLA, Philippe. Constructing nature: symbolic ecology and social practice. In: DESCOLA, Philippe; PÁLSON, Gisli (orgs.). **Nature and Society. Anthropological perspectives**. Londres: Routledge, 1996.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. Trad. Mônica L. de Barros e Zilda Pinto. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risk and culture: an essay on the selection of technological and environmental dangers**. Berkeley: UCP, 1984.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**. Niterói, RJ: EdUFF, 1999.
- ECKERT, Cornelia. **Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas/RS**. 1985. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Une ville autrefois minière: La Grand-Combe, étude d'Anthropologie Sociale**. Thèse. (Doctorat en Anthropologie Sociale) - Université Paris V, Sorbonne, Sciences Humaines, Paris, 1991.
- ELLEN, Roy F. The cognitive geometry of nature: a contextual approach. In:
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Être affecté. **Gradhiva**. Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie, n. 8, p. 3-9, 1990.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Ed. da Unesp, 1991.
- GROSSI, Yone. **Mina de Morro Velho: a extração do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- JAMES, William [1902]. **As variedades da experiência religiosa: um estudo sobre a natureza humana**. Trad. Octavio Mendes Cajado. 10. ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 1995.
- KECK, Frédéric. **L'anthropologie des risques: entre modernité et pré-modernité**. Disponível em: <<http://stl.recherche.univ-lille3.fr/seminaires/philosophie/macherey/macherey20052006/machereykeck%20douglas2.html> > Acesso em: 28 out. 2012
- LEITE LOPES, José Sérgio (coord.) **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- LUCAS, Philippe. **La religion de la vie quotidienne**. Paris: PUF, 1981.
- LUPTON, Deborah. **Risk**. London/New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2003.
- NASH, June. **We eat the mines and the mines eat us: dependency and exploitation in Bolivian tin mines**. New York: Columbia University Press, 1979.
- SILVA, Gláucia Oliveira da. **Angra I e a melancolia de uma era: um estudo sobre a construção social do risco**. Niterói, RJ: EdUFF, 1999.
- SIMONIN, Louis [1867]. **La vie souterraine: les mines et les mineurs**. Paris: Champ Vallon, 1981.
- VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ZOLA, Émile. **Germinal**. S Trad. Francisco Bittencourt. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Recebido em 30/07/2012

Aprovado em 30/08/2012